

Das aulas régias ao ensino médio:

História da constituição à consolidação do ensino secundário piauiense
(século XIX ao século XXI)

Marcoelis Pessoa de Carvalho Moura¹
Maria da Glória Carvalho Moura²

Resumo: O Ensino Secundário no Piauí, com origem no século XIX, chega ao XXI com a responsabilidade e o desafio de se fazer significativo. Com isto, o presente estudo, que resulta de pesquisa documental e bibliográfica, foca a relevância das escolas que se congregaram historicamente para, na atualidade, integrar a Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí. E tem como objetivo refletir, ao longo da história, sobre a importância do Ensino Médio na perspectiva dos direitos de aprendizagem e da sua contribuição para a formação dos jovens piauienses, desde sua implementação, ainda no século XIX, até sua consolidação como direito social no século XXI. Para tanto, apresenta o percurso histórico de Reformas, das Aulas-Régias, da importância do Liceu Provincial, e depois Liceu Piauiense, da expansão das escolas secundárias, cuja maioria, no século XX, pertencia a iniciativas privadas, situação revertida no final do referido século. No século XXI, outras mudanças ocorreram com a expansão da rede de escolas públicas, elevação e queda de matrícula, financiamento e currículo. Conclui-se que novas questões estão postas e os desafios agravados em pleno ano 2020.

Palavras-chave: Ensino Secundário. Ensino Médio. Educação Pública. História da Educação. História da Educação do Piauí.

Resumén: La Educación secundaria en Piauí, con origen en el siglo XIX, llega al XXI con la responsabilidad y el desafío de hacerse significativa. Con ello, el presente estudio, resultado de una investigación documental y bibliográfica, se centra en la relevancia de las escuelas que históricamente se han congregado para, en la actualidad, integrar la Red de Educación Pública del Estado de Piauí. Y tiene como objetivo reflexionar, a lo largo de la historia, sobre la importancia de la Educación Secundaria desde la perspectiva de los derechos de aprendizaje y su contribución a la formación de los jóvenes piauienses, desde su implementación aún en el siglo XIX, hasta su consolidación como derecho social en el siglo XXI. Para ello, la trayectoria histórica de las Reformas, de las Aulas-Régias, de la importancia del Liceu Provincial, y luego del Liceu Piauiense, de la expansión de las escuelas secundarias, cuya mayoría, en el siglo XX, pertenecía a iniciativas privadas, situación revertida a finales de ese siglo. En el siglo XXI, otros cambios ocurrieron con la expansión de la red de escuelas

¹ Professora Assistente da Universidade Estadual do Piauí - Campus de Corrente. Mestre em Educação (UFPI) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI. Participa do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Práticas Curriculares e Formação de profissionais da Educação NIPPC/UFPI. Professora da Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação. E-mail: marcoelispessoa@cte.uespi.br

² Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI. Doutora em Educação (UFRN). Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPI. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Práticas Curriculares e Formação de profissionais da Educação - NIPPC e do COMFOR da UFPI. E-mail: glorinha_m@yahoo.com.br

públicas, aumento y disminución de las matrículas, financiamento y currículo. Se concluye que se plantean nuevas cuestiones y se agravan los desafíos a mediados de 2020.

Palabras clave: Educación Secundaria. Escuela Secundaria. Educación Pública. Historia de la Educación. Historia de la Educación en Piauí.

DE LAS AULAS-RÉGIAS A LA SECUNDARIA: HISTÓRIA DESDE LA CONSTITUCIÓN HASTA LA CONSOLIDACIÓN DE LA EDUCACIÓN SECUNDÁRIA EM PIAUÍ (SIGLO XIX AL SIGLO XXI)

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio no Piauí tem sua origem marcada por descontinuidades e chega ao século XXI com uma grande responsabilidade e enorme desafio, que é de se fazer significativo. Isto ocorre porque a ampliação das vagas nas redes públicas nesta etapa da Educação Básica, sobretudo na Rede Estadual de Ensino, foi marcada por uma explosão de matrículas, seguida de queda expressiva.

Nesse contexto, o presente estudo, que foca com maior relevância as escolas que se congregaram historicamente para, na atualidade, integrarem a Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí, objetiva refletir sobre a importância do Ensino Médio na perspectiva dos direitos de aprendizagem e da sua contribuição para a formação dos jovens piauienses desde sua implementação, ainda no século XIX, até a consolidação como direito social no século XXI.

O presente texto resulta de pesquisa documental e bibliográfica. Em relação à primeira, consideramos leis, decretos, regulamentos diversos, matrícula escolar e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Para tanto, utilizamos as seguintes fontes: documentos legais pesquisados no site do INEP, da Câmara Federal e de outros órgãos do Governo Federal. A pesquisa bibliográfica teve como fontes: teses, dissertações, artigos científicos e livros.

Assim, reunimos elementos relevantes da história do Ensino Secundário (Ensino Médio) no território piauiense de modo a assegurar-lhe contornos desde a implantação no XIX, em que se configurava pelo número restrito de matrículas, e, no caso do Piauí, tão pequeno, que a classe deixava de existir nos poucos municípios em que havia professor (es)

apto (s) para lecionar, até os dias atuais com a expansão e sustentação da premissa da educação como direito de todos.

Para tanto, organizamos o presente texto em três partes: a primeira, que retrata o ensino no Piauí no século XIX, na qual discorremos sobre a implantação de Aulas Régias e os desafios para a continuidade da escola; na segunda, que apresenta as mudanças ocorridas no Ensino Secundário durante o século XX por força das leis; e, na terceira parte, que retrata a primeira década do século XXI, com foco nos novos desafios da evolução e manutenção das matrículas no Ensino Médio.

1 CENÁRIO SÓCIOEDUCACIONAL DE SELETIVIDADE E REFORMAS: ORIGENS DO ENSINO SECUNDÁRIO PIAUIENSE NO SÉCULO XIX

A implantação do Ensino Secundário no Piauí se deu no período colonial sob a égide das Aulas Régias “[...] disciplinas autônomas e isoladas, ensinadas sem um plano de estudos estruturado” (VECHIA, 2014, p. 78), denominadas de cadeiras. O financiamento, por sua vez, era feito inicialmente através do Subsídio Literário, imposto criado em Portugal e que no Brasil era arrecadado com a cobrança sobre a produção de aguardente (cachaça) e carne.

A Província do Piauí teve a primeira oferta do Ensino Secundário a partir de decreto datado de 15 de julho de 1818, quando foi criada a Cadeira de Gramática Latina, em Oeiras, capital da Província (SOUSA NETO, 2009). Dois anos depois, Padre Marcos de Araújo Costa instalou uma escola secundária em sua fazenda, com oferta de seis cadeiras.

Ao longo do século identificamos sete alterações realizadas na orientação curricular do ensino secundário, que modificaram sensivelmente a estrutura do curso, conforme apresenta Quadro 01, a seguir:

Quadro 01 - Alterações no Currículo do Ensino Secundário no Século XIX

Ano	Cadeiras / disciplina	Regulamentação Legal	Tipo de Oferta	Fonte
1818	Latim, Francês, Matemática, Retórica, Filosofia e Teologia	Decreto de 15 de julho de 1818	Aulas avulsas	SOUSA NETO, 2009, p. 135
1845	Latim, Francês, Inglês, Geometria e Aritmética, Geografia e História, Retórica e Poética, Filosofia Racional e Moral	Lei nº 198/1845	Aulas avulsas	REIS, 2006. p. 112
1867	Língua Nacional; Latim; Francês; Geografia e História Matemática Elementar.	Resolução nº 511/1867	Ministrado em três anos	BRITO, 1996, p. 26
1869	Língua Nacional; Latim; Francês; Geografia e História. Principalmente do Brasil; Filosofia Racional e Moral; e	Resolução nº 655/1869	Ministrado em três anos	BRITO, 1996, p. 27-28

Matemática Elementar.				
1887	Gramática e Língua nacional; Latim; Francês; Inglês; Aritmética, Álgebra e Geometria; a Geografia e História. Filosofia e Retórica.	Regulamento nº 97 de 11 de fevereiro de 1887	OBS: Não há referência quanto à quantidade de anos ou séries	BRITO, 1996, p. 28-29
1890	Portuguez; Latim; Grego; Francez; Inglez; Alemão; Mathematica; Astronomia; Physica; Chimica; Historia natural; Biologia; Sociologia e moral; Geographia; Historia universal; Historia do Brazil; Litteratura nacional; Desenho; Gymnastica, evoluções militares e esgrima; Musica.	Decreto nº 981/1890 Currículo do Ginásio Nacional	Seriado com disciplinas obrigatórias, exceto Inglês e Alemão, o estudante deveria optar apenas por uma.	BRASIL, 1890
1896	Português; Latim; Grego; Frances; Inglês; Alemão; Matemática; Astronomia; Física; Química; Historia Natural; Biologia; Sociologia e Moral e Noções de Economia e Direito Pátrio; Geografia; Historia Natural; Literatura Nacional; Desenho; Ginástica, evoluções militares e esgrima; Musica	Decreto nº 63/1896.	Seriado em 07 anos. OBS: Deveria ser o mesmo programa do Ginásio Nacional, porém há algumas diferenças, bem como a repetição de uma disciplina.	BRITO, 1996, p. 30

Fonte: Organizado pelas autoras

Sobre as cadeiras, criadas ou efetivadas após a iniciativa de Padre Marcos, encontramos o registro que, em 1824, existiam duas cadeiras de Latim, localizadas em Oeiras e em Parnaíba; no ano de 1828, foram criadas mais três cadeiras de Latim localizadas em Oeiras, Campo Maior e Parnaíba; e, no ano de 1834, foram ocupadas três cadeiras de Latim “[...] bem como de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês” (BRITO, 1996, p. 22).

Por ocasião da posse de Zacarias de Góis como presidente da Província, em 1845, é feito o registro de “sete cadeiras de Latim, com apenas três em atividade: na cidade de Oeiras e nas vilas de Príncipe Imperial e Parnaguá” (REIS, 2006, p.111).

Diante desta situação, Góis instituiu a Lei Nº 198/1845 de Reforma da Instrução Pública que, além de regulamentar o funcionamento das escolas de primeiras letras, “[...] criava várias cadeiras de ensino secundário, no momento circunscrito ao simples ensino de Latim” (NUNES, 2007, p.49), ou seja, criou o Liceu Provincial, na época, caracterizado por aulas avulsas, que corresponderiam, hoje, aos componentes curriculares.

De acordo com Reis (2006), o primeiro currículo do Liceu não se efetivou plenamente, mantendo-se, inicialmente, apenas a cadeira já existente. Todavia, estas foram preenchidas gradativamente, sendo que: em 1847, foi ocupada a cadeira de Francês; em 1848, as de História e Geografia e a de Filosofia; em 1849, de Geometria, de Inglês a de Geografia; em 1950, de Retórica e de Língua Nacional.

Permaneceram problemas como baixos salários, atraso no pagamento e a responsabilidade atribuída ao professor de custear as despesas das aulas com seu ordenado os quais desestimulavam a docência, fazendo com que as cadeiras criadas fossem abandonadas (SOUSA NETO, 2009).

Entre as dificuldades, estava a falta de espaço para o funcionamento das aulas, que eram ministradas na casa do professor até 1850. A questão foi resolvida quando o presidente da Província - Ignácio Francisco Silveira da Mota “[...] alugou uma casa para o funcionamento do Liceu, agrupando em um só lugar as cadeiras que se achavam providas, como ele mesmo declarou em sua fala na abertura do ano legislativo, em 3 de julho de 1851” (REIS, 2006, p.111-112).

Na mesma sessão, o presidente mostrou o relatório apresentado em 1º de julho de 1850, com o quantitativo de 51 estudantes matriculados no Liceu, sendo que destes, 28 em Latim, e os demais distribuídos nas outras cadeiras, exceto na de Francês, que estava sem professor.

Em 1852 ocorreu a mudança para a nova capital³ e mesmo com várias *cadeiras ocupadas*, ou seja, disciplinas com professor, ainda assim o quantitativo de matrículas não evoluiu para um nível satisfatório e a principal escola secundária do Piauí não oferecia condições favoráveis para seu funcionamento.

No ano de 1861, o Liceu foi fechado e reaberto após seis anos, organizado em curso de três anos de duração, com currículo formado por seis cadeiras (Quadro 01), tendo sido substituídas as cadeiras de Geometria e Aritmética; Inglês; Retórica e Poética; e Filosofia Racional e Moral.

A escola que oferecia no currículo Latim e Francês resistia “[...] apesar de tudo, ainda vinha arrastando a sua vida de mais de 20 anos. É que lhe vinham alunos de longe, filhos de pais ricos” (NUNES, 2007, p. 311). As poucas matrículas eram irregulares, pois os pais que dispunham de mais recursos optavam por enviar seus filhos para outras capitais, onde a escola secundária estava consolidada e garantia melhores condições de formação e preparação para o ensino superior.

De acordo com Nunes (2007), em Teresina, os professores do Liceu ministravam aulas particulares e foram criados cursos particulares de Ensino Secundário, dos quais cita o de

³ O Piauí realizou mudança da capital Oeiras para Teresina no dia 16 de agosto de 1852 com a Lei 315 que autorizava a mudança da capital. Durante a cerimônia, o presidente da Província - Antônio Saraiva recebeu o título de Fundador da Cidade de Teresina (VILHENA, 2016).

Miguel Borges (criado ainda em Oeiras e transferido para Teresina) e o de José Basson (em Parnaíba), além de outros, nos municípios de Barras, Jaicós e São Raimundo Nonato.

Com o final do Período Imperial, veio a mudança mais significativa desta fase por meio do Decreto nº 63/1896, que elevou o funcionamento do curso secundário para sete anos e o número de disciplinas. Estas mudanças foram feitas para compatibilizar o currículo ao do Colégio Pedro II⁴, no Rio de Janeiro, cujo modelo de

[...] inspiração francesa chega ao exagero da reprodução dos programas praticamente na íntegra, além de serem adotadas as bibliografias francesas para o estudo das ciências físicas e naturais, da história, da geografia e da filosofia (ZOTTI, 2005, p.38).

Ressaltamos que o currículo do Colégio Pedro II foi formatado “[...] com a finalidade de educar a elite intelectual, econômica e religiosa brasileira [...]” (VECHIA, 2014, p. 84), por isso, inicialmente, 50% dele era dedicado às línguas mortas (Latim e Grego), mas com sucessivas Reformas, realizadas entre as décadas de 1870 e 1900, que alteraram Regimento Escolar, currículo e avaliação, o ensino dessas línguas foi reduzido e foram ampliadas as cargas horárias de Inglês e Francês, importantes em função da produção científica escrita nessas línguas.

O Liceu sobreviveu ao século XIX entre os poucos estudantes matriculados, baixa frequência, constantes mudanças de espaço físico e a falta de interesse político em mantê-lo, conforme exemplifica a posição do presidente da Província, João José de Oliveira Junqueira, em pronunciamento sobre a construção de internato para o Liceu, em que afirmou “[...] o ensino secundário, possibilitado a muitos, **viria prejudicar as fontes da economia da Província e despertar ambições.**” (JUNQUEIRA, 1879 apud NUNES, 2007, p. 309, grifo do autor), o que mostra a visão elitista de que educação escolar deveria ser destinada a poucos.

A tentativa de compatibilizar o currículo com o Colégio Pedro II, ao invés de motivar a matrícula, uma vez que os livros eram os mesmos adotados para a preparação do Exame para ingresso no Ensino Superior, torna o currículo ainda mais denso e desinteressante para a maioria dos estudantes, que, diante de dificuldades, entre as quais de aprendizagem, abandonavam o curso, a considerar relatórios apresentados por Reis (2006), que trazem número significativo de alunos matriculados apenas na primeira série.

⁴ Fundado para servir de modelo para os Liceus provinciais, uma forma encontrada pelo império para manter o controle do ensino secundário no Brasil. Era incentivado ainda que os Liceus adotassem os mesmos livros (VECHIA, 2014)

2 ENSINO MÉDIO: REFORMAS, SISTEMATIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO E A EXPANSÃO DAS ESCOLAS NO SÉCULO XX.

A transição para o século XX desponta com mudanças na organização política. Constituída uma República Federativa (1889), a sociedade passa a se acostumar também com o trabalho pago e assim, o país, que há pouco tempo aboliu escravidão (1888), recebe os imigrantes com culturas diferentes, alterando a cultura e a conformação social da nação.

As reformas do ensino secundário no cenário nacional, reverberaram na educação piauiense modificando-o substancialmente. Para acompanharmos as mudanças que transformaram o ensino secundário, no que conhecemos por ensino médio, apresentamos no Quadro 02 as dez principais reformas nacionais e as tentativas do Governo do Piauí em implantá-las, conforme informações obtidas na literatura pesquisada:

Quadro 02 - Principais Reformas para o Ensino Secundário no Brasil e no Piauí (Século XX)

Nº	Reformas Nacionais	Reformas Estaduais
01	Decreto nº 3.890/1901 - Reforma Eptácio Pessoa: Aprova o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário	- Decreto nº 434/1910: Regulamenta a instrução pública no Estado; - Lei nº 565/1910 - Aprova o Regulamento da instrução pública no Estado
02	Decreto nº 8.659/1911 - Reforma Rivadávia Correia: Confere autonomia aos institutos quanto a organização dos programas de seus cursos.	- Lei nº 732/1912: Autoriza o governo do Estado a expedir novo regulamento (NÃO APLICADA)
03	Decreto Federal nº 11.530/1915 - Reforma Carlos Maximiliano: Reorganiza o ensino secundário e o superior na Republica.	- Decreto nº 622/1915: Altera a estrutura do Liceu; - Decreto Estadual nº 771/1921: Transfere a administração do Liceu para a Sociedade Auxiliadora da Instrução.
04	Decreto Nº 16.782 A/1925 - Reforma Rocha Vaz: Entre outras disposições, reforma o ensino secundário e superior.	- Decreto Estadual nº 1.116/1930: Altera o currículo do Liceu, com a extinção de duas cadeiras; - Decreto Estadual nº 1.164/1931: Altera o currículo do Liceu, com a extinção da cadeira de Literatura.
05	Decreto nº 19.890/1931 - Reforma Francisco Campos: Dispõe sobre a organização do ensino secundário - Estrutura o ensino secundário em dois cursos seriados: fundamental (em 5 anos) e complementar (em 2 anos).	- Decretos nº 1.237/1931; 1.291/1931 e 1.292/1931: Alteraram a estrutura administrativa e curricular do Liceu, com destaque para a criação da cadeira de Música, voltada para canto Orfeônico; - Decreto n.º 1.358/1932: Aprovou os planos de programa e orientações metodológicas da Escola Normal Oficial.
06	Decreto-lei 4.244/1942 - Reforma Gustavo Capanema: Lei orgânica do ensino Secundário - Estrutura o ensino secundário em: ginásio (4 anos) e colegial (3 anos), o segundo com formação clássica e científica – dois cursos paralelos. Funcionamento em dois tipos de estabelecimentos: o ginásio e o colégio.	
07	Lei nº 4.024/1961 – LDB: Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estrutura o ensino em Graus: Primário, Médio e Superior.	- Lei Estadual 2.887/68 cria o Sistema Estadual de Ensino, com a definição da estrutura curricular do Ensino Médio.
08	Lei nº 5.692/1971 - Reforma de 1º e 2º Graus: Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus	

	Exige para ingresso no 2º Grau a conclusão do ensino de 1º grau ou de estudos equivalentes.
09	Lei nº 7.044/1982 - Revoga a exigência de habilitação profissional (Art.4º, §2º).
10	Lei nº 9.394/1996 - LDB: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Estrutura o ensino em níveis (Básica e Superior) e modalidades (regular, Educação de Jovens e Adultos, Profissional).

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na literatura e documentos analisados

O Quadro 02 revela aspectos importantes das modificações realizadas no ensino secundário, como: ampliação dos anos de escolarização, seriação, mudanças significativas do currículo, conforme se modificava a visão de sociedade e de mundo, saindo de uma visão conservadora: clássica, para positivista: científica e tecnicista, ao sabor do tipo de governo vigente no período em que cada reforma foi implantada.

O ensino secundário piauiense teve sua primeira mudança no século XX com a Lei nº 565/1910 que, entre outras determinações, ampliou o número de disciplinas e manteve o exame de madureza. Esta reforma alterou todos os tipos de escolas mantidas pelo Estado e foi a mais duradoura da época (BRITO, 1996).

Com ela foi implantada a Reforma Eptácio Pessoa, que possibilitava o funcionamento do ensino secundário e superior “[...] fundados pelos Estados, pelo Districto Federal ou por qualquer associação ou individuo [...]” (BRASIL, 1901), ou seja, era instrumento de execução de ideais positivistas e objetivava consolidar a estrutura seriada.

Pela a Reforma Estadual, o ingresso de estudantes na escola secundária era aceito em duas condições: conclusão do Ensino Primário e, na falta deste, submissão ao Exame de Admissão (madureza), que regravava a idade mínima de 12 anos para ingresso.

A alteração curricular foi pouco significativa em relação à última reforma do século anterior e as línguas tinham lugar de destaque, ocupando 56 horas das 126 do total do curso. Das línguas modernas, o Francês e o Inglês têm a mesma carga horária, as mais altas, dada a forte influência na produção de conhecimento da época, estilo de vida e economia.

O currículo enciclopedista consolida a ciência moderna e, em relação a isto, chama atenção a falta da disciplina Biologia, suprimida, pois nesse campo mantém apenas História Natural nas duas últimas séries com carga horária total de 7 horas. Os livros didáticos deveriam ser os mesmos adotados pelo Colégio Pedro II (BRITO, 1996), o que representava a manutenção da organização à semelhança do Colégio Carioca.

A Reforma Rivadávia Correia, que conferia autonomia aos institutos quanto à organização dos programas de seus cursos, embora regulamentada, não foi aplicada no Estado, mesmo tendo sido regulamentada, conforme apresenta o Quadro 02.

As mudanças em 1916 ocorreram por necessidade de adaptação à Reforma Carlos Maximiliano, que reorganiza o Ensino Secundário e o Superior na República, e que, em seu artigo Art. 84, estabelece:

O candidato a exame vestibular deve exhibir: a) certificado de aprovação em todas as matérias que constituem o curso gymnasial do Collegio Pedro II, conferido pelo mesmo collegio ou pelos institutos a elle equiparados, mantidos pelos governos dos Estados e inspeccionados pelo Conselho Superior do Ensino (BRASIL, 1915, p.8).

Com esta reforma, o currículo foi novamente equiparado ao do Colégio Pedro II, embora no Piauí não tenha chegado a ser desvinculado. No entanto, o quadro de matrículas só piorou, chegando a 1921 com menos de ¼ das matrículas que havia em 1910, sendo a piora mais expressiva até 1914, com uma pequena recuperação nos anos que se seguiram.

Neste cenário, diante da preferência dos estudantes pelos exames parcelados e falta de retorno dos gastos com o Ensino Secundário, o Governo do Piauí transferiu sua administração para uma administração privada através de contrato firmado com a Sociedade Auxiliadora da Instrução, autorizado pelo Decreto Estadual nº 771/2021, colocando em prática os ideais das Reformas do período que buscavam a “ [...] desoficialização do ensino público [...]” (CURY, 2009, p. 723).

Com isto, o governo pagava os professores e a Sociedade Auxiliadora obrigava-se a manter o curso secundário com todas as disciplinas ofertadas no Colégio Pedro II (Escola Modelo) e aceitava a matrícula gratuita de 10 pessoas “reconhecidamente pobres”. Instaurava-se, uma fase em que a escola pública tem uma gestão privada (BRITO, 1996).

No final dos anos de 1920, foram instalados em outros municípios do Estado, novas escolas secundárias públicas. O primeiro foi o Ginásio Parnaibano, em 1927, oficializado no ano seguinte e em 1929, Floriano ganhou seu primeiro Ginásio, embora não tenha conseguido se consolidar como um Liceu, por não atender aos critérios de funcionamento.

Nos anos de 1930, o Brasil seguiu com as mudanças, dessa vez impulsionadas pela crise econômica gerada com a queda da Bolsa de Nova Iorque, e com elas as políticas de infraestrutura que levaram o Brasil a sair de uma economia baseada na produção do campo para a industrialização, com grandes levas de migração para as cidades que estavam instalando ou ampliando seu polo industrial, ampliando a pressão por políticas de democratização da educação.

Nesse contexto, se estabelece a Era Vargas, com novas reformas educacionais, a primeira, de 1931, com a Reforma Francisco Campos, que reestruturou em âmbito nacional o

ensino secundário dividido em fundamental e complementar, totalizando 7 anos de estudo, ampliando novamente a escolaridade. O Liceu Piauiense, foi transferido para um prédio próprio em 1936 e teve seu nome modificado para Ginásio Oficial (1940/1941), com a Reforma Capanema (1942) passou a ser denominado Colégio Estadual do Piauí e Colégio Estadual – Zacarias de Góis nos anos de 1960 (VASCONCELOS, 2007).

A Reforma Capanema de 1942 legislou sobre o ensino secundário e instituiu mudanças significativas em seu formato, com sua divisão em ginásio e colegial, e dualidade de formação: científica e clássica (humanidades), mantendo o caráter enciclopédico, com muitas disciplinas. O cenário do Ensino Secundário piauiense estava retratado por poucas escolas públicas, constituídas apenas nas cidades maiores.

Novas transformações ocorrem após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 4.024/1961, que alterou a estrutura de ensino e passou a denominar sua divisão em Graus: primário, médio e superior. O Grau Médio substituiu o ensino secundário, embora tenha mantido a subdivisão de dois ciclos: Ginásial e Colegial, exigida a conclusão do Primário ou exame de admissão para ingresso no Ginásio e a conclusão deste para ingresso no Colegial.

Com a Lei de 1961, o Ensino Médio “[...] passou a englobar tanto o secundário quanto o técnico profissional, que passaram a ser equivalentes com vistas ao prosseguimento de estudos” (PILETTI, 1990, p. 63). No entanto, em função da limitação que o artigo impõe, neste texto não será possível discutir os avanços e a situação específica da educação profissional e da formação de professores que também tiveram origem no século anterior.

O artigo 35 da LDB organizou o currículo em “[...] disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas” (BRASIL, 1961, p. 7), sendo que, nas duas primeiras séries do primeiro ciclo, as disciplinas obrigatórias eram comuns a todos os cursos. Foi atribuída ao Conselho Federal de Educação a indicação de até cinco disciplinas obrigatórias e aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

Esta LDB estava pautada no princípio da Educação como Direito de Todos, mas facultava à iniciativa privada a liberdade de oferta, seguindo a lógica positivista implantada ainda no século anterior. Neste contexto, cabe sinalizarmos que a revisão na estrutura de ensino demarcou a prioridade das políticas públicas em educação com os investimentos direcionados ao grau primário, ainda com poucas escolas no Estado, ficando o Grau Médio relegado a segundo plano, sobretudo o Colegial, etapa mais elevada.

De acordo com Silva (2010), embora a instalação de ginásios fosse ansiada por dirigentes políticos e pela população, na década de 1940 foram instaladas apenas três escolas de Ensino Médio (Ginásios) nos municípios de Picos, em 1949; Corrente, em 1947; e Valença do Piauí, em 1949, das quais apenas a escola do primeiro município era da Rede Pública.

A falta de investimentos e a pouca capilaridade de escolas públicas de Ensino Secundário no período concorreu para que iniciativas privadas ganhassem cada vez mais espaço no cenário nacional e piauiense, entre elas as escolas religiosas e a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – CNEG, atualmente, Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC.

Na década de 1950, a CNEG se instalou no Piauí com a fundação do primeiro ginásio no município de Jaicós em dezembro de 1952. Oito anos depois, iniciou-se a expansão dos ginásios da CNEG, que totalizaram, no ano de 1968, 33 ginásios, dos quais dois foram instalados na Capital e os demais distribuídos em diferentes regiões do Estado.

A Secretaria de Estado da Educação do Piauí - SEDUC, na década de 1960, envidou esforços em planejamento para aquisição de recursos e garantia da ampliação da sua rede de escolas. De acordo com Brito (1995), o diagnóstico da referida Secretaria mostrava número reduzido de escolas, apenas 23 instituições com oferta de ensino médio, das 93 existentes no Estado, o que evidencia o déficit no atendimento das escolas da rede estadual, bem como problemas de qualidade do ensino, que causava evasão e busca dos egressos por cursos preparatórios para o vestibular.

Em 1964, com o Golpe Militar, iniciou-se outro período de Reformas do Ensino e, no ano de 1967, no Piauí, a Escola Industrial foi promovida à categoria de Escola Técnica Federal do Piauí - ETFPI, que resultou “[...] da criação dos primeiros cursos técnicos (Agrimensura, Edificações e Eletromecânica)” (IFPI, 2020, p. 26), uma preparação para a reforma que veio a seguir.

A Reforma do Ensino do 1º e 2º Graus, com a Lei Nº 5.692/1971, concluiu a substituição da primeira LDB. Entre as mudanças estabelecidas, o Grau Médio passou a ser denominado 2º Grau e a formação propedêutica deu lugar à formação profissional de caráter compulsório. Além disso, passou a ser formado apenas pelo ciclo Colegial, ficando, o Ginásio, integrado ao Primário na composição do 1º Grau (BRASIL, 1971), o que representou a ampliação da escolarização obrigatória.

Brito (1996) registra que para ampliar a oferta de Ensino Médio, foram instaladas cinco escolas públicas da Rede Estadual, das quais três foram Ginásios Modernos, localizados

nos municípios de José de Freitas, Piripiri e São Raimundo Nonato, e dois Ginásios Orientados para o Trabalho, nos municípios de Campo Maior e Teresina. Também foi aprovada a Lei nº 2.887/68, que criou o Sistema Estadual de Ensino, com a definição da estrutura curricular do Ensino Médio e a manutenção de Exames de Admissão para ingresso.

As dificuldades de implantação da formação técnica nas escolas de 2º Grau, envolvendo carência de pessoal especializado e suporte necessários, engessaram as redes públicas e a expansão das escolas privadas. Com isto, o ensino técnico tornou-se facultativo com a Lei Nº 7.044/1982, possibilitando a expansão de escolas nas décadas seguintes.

Dados da Fundação CEPRO – Relatório de 1991, apud Fontineles (2003), no ano de 1989, o Piauí contava apenas com 96 escolas do 2º Grau, destas, 57 pertenciam à rede estadual, 04 faziam parte da rede federal, 09 eram de rede municipal e 26 eram de iniciativa privada. Observamos com estes que houve uma inversão com relação à representação do número de escolas da rede estadual em relação à década de 1960.

No final do século foram promulgadas duas leis que impulsionaram mudanças significativas na educação brasileira e piauiense: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996 e a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, Lei nº 9.424/1996, alinhadas aos ideais de democracia e de educação como direito social.

A LDBEN de 1996, promoveu importantes avanços, entre os quais: instituiu o nível básico de ensino, composto por três etapas, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e determinou em seu artigo 4º, alínea II, a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio” (BRASIL, 1996), bem como exigiu a formação de professores em nível superior como básica para ingresso no magistério da Educação Básica.

Muito embora, constatemos avanços na legislação ao longo do século, é clara a predominância do currículo enciclopédico “[...] expresso de modo especial no grande número de disciplinas estudadas, e a progressiva redução da carga horária destinada à área de humanas, inversamente proporcional ao tempo reservado para a matemática e ciências” (PILETTI, 1990, p.62). As duas características persistem na atualidade, quanto ao currículo que no período colonial era genuinamente humanista, na República, foi gradativamente modificado para uma formação de caráter científico.

A Lei do FUNDEF foi o mecanismo propulsor que possibilitou a ampliação das escolas de Ensino Médio no Piauí ao garantir professores com formação em nível superior em diferentes licenciaturas. Articuladas, a LDBEN e a Lei do FUNDEF foram vitais para a

expansão de escolas do Ensino Médio iniciadas nos anos de 1990, impulsionadas, principalmente, após a qualificação de professores da rede estadual de ensino⁵, realizadas, em maior escala, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), o que foi proporcionado pela interiorização desta Universidade a partir de convênios firmados com o Governo do Estado e prefeituras.

3 EDUCAÇÃO & DIREITOS SOCIAIS: PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Com a chegada do século XXI tivemos o crescimento da oferta de ensino médio pela rede estadual de ensino e intensa mobilização por parte de movimentos de professores e gestores estaduais para a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, garantia de recursos para todas as etapas da Educação Básica.

A oferta do Ensino Médio da rede estadual de ensino chegou a todos os municípios, oportunizada por recursos dirigidos ao Ensino Fundamental, visto que, à semelhança de outros estados, aproveitou a estrutura das escolas que ofertavam Ensino Fundamental, além de aproveitar o mesmo quadro de professores para as duas etapas de ensino.

Com a Lei Nº 11.494/2007, que aprovou o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, foram destinados recursos para a manutenção do Ensino Médio, até então funcionando sem recursos oficiais específicos.

Inicialmente o Ensino Médio foi mantido através de recursos provenientes de projetos. Exceto, nas poucas escolas construídas para esta etapa de ensino, a oferta predominante era para o horário noturno, realidade que foi modificada à medida que as escolas da rede estadual deixavam de ofertar os anos iniciais do Ensino Fundamental⁶ (processo iniciado no ano de 2003) e dispunham de recursos que pudessem ser utilizados para custear o Ensino Médio.

O Ensino Médio no Piauí, na primeira década do século XXI, foi marcado por dois fenômenos que se sucederam: ascensão e queda nas matrículas, conforme podemos verificar no Quadro 03 a seguir:

⁵ O objetivo foi atender o disposto na LDBEN que exigia como qualificação mínima para exercício docente a formação em nível superior; com isto, foram utilizados recursos do FUNDEF para a qualificação profissional.

⁶ Atendeu ao dispositivo da LDB Nº 9.394/1996, que em seu artigo 10, Inciso VI – dispõe que a prioridade de oferta do Estado é para o Ensino Médio.

Quadro 03: Matrícula do Ensino Médio – Formação Propedêutica dos anos 2000 a 2010

ABRANGÊNCIA	ANO/MATRÍCULA										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ESTADO	107.857	121.468	140.547	167.809	186.329	188.216	193.313	181.373	185.457	178.545	167.070
REDE ESTADUAL	76.331	89.149	109.210	139.153	152.397	160.121	164.328	156.742	161.791	155.055	144.500
OUTRAS REDES	31.526	32.319	31.337	28.656	33.932	28.095	28.985	24.631	23.666	23.490	22.570

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Censo Escolar/INEP - <http://portal.inep.gov.br>

Os dados do Quadro 03 revelam a evolução das matrículas tanto em termos gerais para o estado do Piauí, envolvendo as diferentes redes de ensino, quanto das matrículas nas escolas da rede estadual, nas quais percebemos crescimento acentuado até o ano de 2006.

Outro aspecto importante é que a rede estadual de ensino contribuiu para o aumento da matrícula no cenário estadual, passou a liderar o número de matrículas, o que mostra a relevância das vagas disponibilizadas pela rede estadual de ensino, que possibilitou a elevação da escolaridade dos piauienses, sobretudo, daqueles que não têm a possibilidade de custear uma escola da rede privada.

Porém, o Quadro 03, também mostra que a partir do ano de 2007, ocorre uma queda nas matrículas no Ensino Médio no Piauí, tanto na rede estadual de ensino quanto nas outras redes. Isto significa que o afastamento dos estudantes da escola no Ensino Médio é geral, pois as outras redes, juntas, também perderam um número significativo de matrículas, com um déficit de mais de 9 mil matrículas, comparados os anos de 2000 e 2010.

Esta perda de matrículas do Ensino Médio, observada no Piauí, já na primeira década, contudo, foi constatada em todos os estados da Federação,

[...] somente em 2005 foi registrada uma redução de 138 mil matrículas, impulsionadas pela região Sul e, sobretudo, Sudeste e entre os anos de 2006 e 2007, a queda foi mais significativa e mobilizada também pelo movimento decrescente registrado no Nordeste (SPOSITO; SOUZA, 2014, p. 34).

De acordo com dados do INEP (<http://inep.gov.br/dados/consulta-matricula>), no Brasil, a queda nas matrículas do Ensino Médio foi percebida desde o ano 2001, atingindo, a princípio, os Estados com maior concentração de matrículas, entre os quais: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, no Sudeste; Rio Grande do Sul, no Sul; Distrito Federal, no Centro-Oeste. Os Estados que no início da década expandiam suas redes públicas e contribuía para

o aumento do número da matrícula em nível nacional passaram, então, a colaborar com o decréscimo de suas matrículas.

A esta questão se somaram outros fatores importantes para a reflexão sobre o Ensino Médio no País e no Estado do Piauí. Visto que, uma etapa de ensino, cujas avaliações externas não expressam resultados satisfatórios e se apresenta pela “[...] falta de interesse por parte dos jovens, altos índices de evasão e fracasso escolar, da perda de identidade, quando na verdade o Ensino Médio nunca teve identidade muito clara” (KRAWCZYK, 2014, p.77), e por estar longe de atingir a universalização, começa a registrar a perda de alunos, o que merece atenção e cuidado por parte do Estado, para que garanta educação como direito social.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – é outro indicador importante para acompanharmos os desafios e a evolução do Ensino Médio. A partir dele, temos como pensar sobre a qualidade do ensino a partir da evolução do desempenho escolar ao longo da década. Para tanto, é necessário ter em mente que a análise deste dado, deve ser feita a partir do ponto de partida e das metas previstas para o Estado ou Rede, de modo a considerarmos sua evolução.

Para entendermos o caminho percorrido em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – do Piauí na primeira década, apresentamos, o resultado obtido entre os anos de 2005 e 2011 no Quadro 04, a seguir:

Quadro 04: IDEB - Ensino Médio do Estado e da Rede Pública Estadual: índice alcançado e metas projetadas (2005 - 2011)

ANO ABRANGÊNCIA	IDEB Observado				Metas Projetadas		
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011
Piauí	2.9	2.9	3.0	3.2	3.0	3.1	3.2
Rede Estadual	2.3	2.5	2.7	2.9	2.3	2.4	2.6

Fonte: Adaptado IDEB - Resultados e Metas - <http://ideb.inep.gov.br/resultado>

Observamos, logo no primeiro ano, em 2005, que a distância apresentada entre o Estado do Piauí (formado por todas as redes de ensino) e a rede estadual era de 0.6 (seis décimos). Esta distância caiu para 0.4 (quatro décimos), depois 0.3 (três décimos). Os dados mostram que na primeira década a elevação do IDEB ocorreu tanto para o Estado, quanto para a rede estadual de ensino, embora tenha sido uma melhora “tímida”, na qual a rede estadual apresentou dados mais significativos, superando a meta em todos os anos avaliados.

Em face dessa situação, afirmamos que, quanto à melhoria dos indicadores o desempenho da rede pública estadual, na primeira década do milênio foi positivo, ao contrário

do que anunciam os meios de comunicação que, tradicionalmente, culpabilizam a rede estadual pelas mazelas do Ensino Médio e pouco retratam os avanços da educação pública.

Aqui é necessário indagarmos sobre a qualidade proposta para a Educação Básica e as estratégias para alcançá-la. Com isto, “[...] somos levados a problematizar tanto circunstâncias que concorrem para a determinação do prioritário para a escola como apropriação, pelos sujeitos escolares, dos resultados oficiais que informam a qualidade da educação” (NARDI; SCHNEIDER; RIOS, 2014, p. 364).

A apropriação, sobre a qual os autores discorrem, diz respeito à tomada de conhecimento e reflexão sobre o desempenho refletido nos indicadores escolares, que situam as políticas públicas, bem como ao trabalho realizado na escola, espaço em que estes indicadores ganham vida. Isto explica a preocupação com os sujeitos historicamente presentes e atuantes na escola, em especial, no Ensino Médio, pois, a última etapa da Educação Básica, mesmo com os avanços apresentados permanece aquém, em relação ao esperado.

Muito embora o Quadro 04 aponte melhoria, as taxas de reprovação e abandono continuaram presentes e associadas ao descontentamento e desinteresse do estudante pela escola e foram significativas para a queda no número de matrículas no final da década, como mostram os dados do IBGE (PNAD, 2011, apud SPOSITO; SOUZA, 2014), a média de escolaridade em 2011 era de apenas 7,5 anos entre a população de 15 a 17 anos; 9,1 anos, de 18 a 21 anos; e 9,8 anos, de 20 a 24 anos.

Os dados demonstram que nos primeiros 10 anos do século XXI, embora as políticas públicas apontem para uma tendência à democratização do acesso com a ampliação do número de matrículas, o ideal quanto à democratização e universalização do Ensino Médio não foi concretizado e continua a ser um desafio para o século XXI, mantendo esta etapa de ensino ainda como excludente e com viés elitista, embora em condições distintas das observadas nos séculos XIX e XX, quando a conclusão do Ensino Secundário significava uma distinção social quase inigualável, só superável pelo diploma do ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Ensino Médio no Piauí, iniciada de forma trôpega, ainda no século XIX, com aulas avulsas ministradas por um professor que exercia sua função isolado em um município, vila ou fazenda, teve um percurso difícil, com financiamento escasso e, em geral, com falta de interesse político para garantir as condições necessárias à sua existência. No

passado longínquo, mas nem tão distante e assim como no mais recente e na atualidade, o professor precisou fazer uso do seu ordenado para custear suas aulas.

Com o Liceu em espaço apropriado, que reunia classes de estudantes, com quadro, mobiliários e equipamentos, a dificuldade para manter o principal estabelecimento de ensino secundário piauiense no século XIX era tanto financeira quanto política. E manter os estudantes frequentando foi um dos grandes desafios tanto no período do Império como nos primeiros anos da República, quando as escolas do ensino secundário ainda eram escassas e continuam na atualidade em centenas de escolas do Ensino Médio espalhadas nas mais diferentes regiões do Estado.

O percurso do Ensino Secundário até se tornar Ensino Médio foi repleto de reformas, que, por sua vez, em momentos de ruptura, refletiram grandes mudanças na sociedade. O currículo humanista foi pouco a pouco se tornando mais científico, necessário à nova sociedade que florescia ao sabor da industrialização e das tecnologias. O ideal da nobreza em formar as elites dirigentes cedeu espaço para uma escola mais popular, na qual a educação é direito de todos, mas na realidade de uma sociedade desigual, nem todos têm acesso a ela pelos mais diferentes motivos, entre os quais os destacados neste texto.

O século XX iniciou com o acelerar do ritmo de vida nas cidades e, no Piauí, a criação de novos municípios era resultado da migração, embora tenha mantido por todo o século sua característica rural. As cidades maiores ansiavam pela escola de primeiras letras e a organização do sistema de ensino começou a atendê-las, mas o ensino secundário era um sonho mais distante para a maioria da população que, no início do século, sofria com altas taxas de analfabetismo.

As reformas buscavam renovar o ensino e a primeira LDB nem chegou a ser colocada em prática na sua totalidade e foi modificada por um novo modelo de Ensino Médio voltado, exclusivamente, para o mercado de trabalho que, exceto pela ampliação da escolaridade obrigatória, fez crescer a exclusão no ensino médio. Porém, nem os sistemas públicos nem o privado conseguiram arcar com as despesas de sua manutenção e o currículo voltou à formação propedêutica com opção para formação profissional e ainda assim, com poucas escolas no Estado do Piauí.

As últimas mudanças do século XX, proporcionadas pela LDBEN de 1996 e a Lei do FUNDEF, possibilitaram a implantação do Ensino Médio em todos os municípios piauienses, embora não isento de dificuldades e desafios, entre os quais o da qualidade do ensino ofertado e a manutenção do número de matrículas.

A abrupta expansão do ensino foi logo seguida de queda na matrícula, o que não tem explicação fácil ou simples, pois, no século XXI, no Ensino Médio, em geral, o desafio de manter o estudante na escola continuou, considerando a redução gradativa das matrículas a partir de 2007.

Embora o intervalo mais recente, dos últimos dez anos, não tenha sido analisado neste texto, duas reformas curriculares foram implantadas pelo MEC nos anos de 2012 e 2018. E foi aprovada uma nova Lei da Reforma do Ensino Médio – Lei Nº 13.415/2017, o que demonstra o tamanho do desafio para esta etapa de ensino e as disputas em curso que requerem análise mais densa para outro artigo.

Todavia, abrimos um parêntese para pontuarmos a crise sanitária pela qual estamos passando, que testa não só a estrutura e a capacidade de atendimento das redes e sistemas de ensino, mas o conhecimento dos professores do Ensino Médio, sua capacidade de se comunicarem e de se reinventarem para fazer a escola presente, desta vez, na casa do estudante.

Testa também os estudantes, dos quais uma parcela nem sempre tem as melhores condições de acesso à aula virtual, e outra, está totalmente excluída do processo de escolarização nos formatos propostos pelos sistemas de ensino e aguarda esperançosa, ou não, a volta da aula no prédio escolar. Temos, então, uma realidade de ampliação da exclusão socioeducacional pela impossibilidade de acesso para muitos à tecnologia para acompanhamento das soluções, educação a distância ou ensino remoto implementado pelas redes de ensino públicas.

Com a história do Ensino Médio no Piauí, refletimos sobre sua importância e concluímos que o ensino público se expandiu priorizando o aspecto quantitativo e a legislação educacional foi aperfeiçoada no sentido da democratização do ensino, embora com recuos e diferentes momentos. Por isto, persistem desafios que na atualidade estão associados à qualidade e ao direito de aprendizagem, ao financiamento, à formação integral e omnilateral do estudante, preocupações que passaram a ocupar mais recentemente espaço nas políticas públicas. Além disso, o desafio reconhecidamente histórico da permanência do estudante na escola.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Decreto nº 981, de 8 de Novembro de 1890**. Approva o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, 1990. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 15 jul.2020.
- BRASIL, 1901. **Decreto nº 3.890, de 1º de Janeiro de 1901**. Approva o Código dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. Capital Federal, 1 de janeiro de 1901, 13º da Republica, 1901. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 15 jul.2020.
- BRASIL **Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915**. Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br>. Acesso em: 09 ago.2020.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 26 jul. 2020.
- BRASIL. **Lei Nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 26 jul. 2020.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394**, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 jul. 2020.
- BRASIL. **Lei Nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 26 jul. 2020.
- BRASIL. **Lei Nº 11.494 de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br>. Acesso em: 26 jul. 2020.
- BRITO, Itamar Sousa, **História da educação no Piauí**. Teresina. EDUFPI, 1996.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A Desoficialização do Ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 717-738, out. 2009. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 15 Out. 2020.
- FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **Do Ocaso Aparente ao Aparente investimento: a situação do magistério e do atendimento ao aluno na história recente da Rede Estadual de Ensino do Piauí (1988-2000)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação / Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2003.
- IFPI. Plano de Desenvolvimento Institucional – **PDI 2020-2024**: construindo para o futuro / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI - Teresina: IFPI, 2020.
- KRAWCZYCK, Nora. Uma roda de conversa sobre os desafios do ensino médio. In: DAYRELL Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (orgs) **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 75 – 98.
- NARDI, Elton Luiz; SCHNEIDER, Marilda Pasqual; RIOS, Mônica Piccione Gomes. Qualidade na Educação Básica: ações e estratégias dinamizadoras. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 359-390, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n2/v39n2a03.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- NUNES, Odilon. **Pesquisa para a História do Piauí: lutas partidárias e a situação da Província**. v. 4, Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.
- PILETTI, Nelson. **Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau**. São Paulo: Ática, 1990

- REIS, Amada de Cássia Campos. **História e Memória da Educação em Oeiras – Piauí**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação / Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.
- ILVA, João Batista da. **A Trajetória das Escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC NO PIAUÍ: 1952-1997**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação / Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.
- SOUSA NETO, Marcelo de. **Entre Vaqueiros e Fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2009.
- SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel. Desafios da reflexão sociológica para análise do ensino médio no Brasil. In: KRAWCZYK, Nora (org.). **Sociologia do Ensino Médio: Crítica ao economicismo na política educacional**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 33 – 62.
- VASCONCELOS, Maria Inêz Bandeira de. **Liceu Piauiense (1845-1970): desvendando aspectos de sua história e memória**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação / Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.
- VECHIA, Ariclê, O Ensino Secundário do Século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. II - Século XIX. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 78 – 114.
- VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. **Os Fazedores de Cidade: Uma História da Mudança da Capital no Piauí (1800-1852)**. 2016. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- ZOTTI, O Ensino Secundário no império Brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio D. Pedro II. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.18, p. 29 - 44, jun. 2005 - ISSN: 1676-2584, p. 29-44. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4800/art04_18.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

Recebido em 02 de setembro de 2020

Aprovado em 10 de dezembro de 2020